



Rádio Peão

PETROBRÁS NÃO APRESENTA RESPOSTAS SOBRE A TABELA DE TURNO DE TRABALHO

Na quinta-feira (28/11) o coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, participou de reunião com a direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP), demais sindicatos filiados e a Petrobrás, no Rio de Janeiro. Esse foi o terceiro encontro realizado para negociar com a gerência da empresa a Tabela de Turno Ininterrupto de Trabalho.

A expectativa era de que a gerência apresentasse o retorno das propostas feitas na reunião do dia 21 de novembro, o que não foi feito. Como resposta, a direção da FUP determinou que aguardará a resposta das gerências até o dia 02 de dezembro.

As propostas apresen-



tadas pela FUP se referem a construção de Termo Aditivo ao Acordo Coletivo com a manutenção das tabelas de 8 horas em regime de turno ininterrupto em terra.

A Federação também questiona a proposta apresentada pela Petrobrás no dia 14 de novembro sobre a tabela 3x2. Segundo a qual, o trabalhador só teria um descanso completo no

final de semana a cada ciclo de 35 dias. Além disso, alerta que o maior problema para a implantação da tabela apresentada é a falta de efetivo nas unidades.

PLR: Petrobrás afirma em mesa que vai descumprir a Lei

Na reunião de negociação com a FUP, nesta quinta-feira, 28, a gestão de RH da Petrobrás se negou a cumprir a Medida Provisória 905, que flexibiliza as condições para pagamento da PLR, ao estabelecer que as regras

sejam definidas em até 90 dias antes da quitação.

O argumento da gestão da Petrobrás para não pagar no ano que vem a PLR 2019 era a exigência legal de que as regras fossem acordadas até dezembro de 2018, ou seja, no ano

anterior ao do exercício da PLR. Com a MP 905, essa exigência não existe mais.

A mesma gerência que não titubeou em aplicar em março a Medida Provisória 873 para tentar asfixiar financeiramente os sindicatos, agora se nega cumprir

a nova legislação para a PLR. A FUP questionou o jurídico da Petrobrás se a MP 905 tinha ou não poder de Lei e a resposta foi que sim. O RH, no entanto, afirmou na mesa que não cumprirá.

PETROLEIROS APROVAM MUDANÇAS NO REGULAMENTO DO PP-1

A proposta de alterações do Plano Petros 1 (PP-1) foi aprovada por participantes e assistidos, durante uma série de assembleias realizadas entre os dias 12 e 20 de novembro. A mudança no regulamento foi apresentada pela presidência da Petros e contou com 99,6% de votos a favor.

O atual presidente da Petros, Bruno Dias, esclareceu a categoria sobre as modificações e os benefícios da proposta em relação ao atual Plano de Equacionamento do Déficit (PED), na assembleia do dia 19.

A proposta é fruto de debates e negociações entre representantes da Petrobrás, da Petros e dos trabalhadores – como a FUP, FNP, Fenasse e FNTTAA – ao longo dos

últimos meses.

Entre as principais mudanças no plano de equacionamento em vigor, estão:

- Alíquota única de contribuição extra, com variação segundo a situação no plano (ativo ou assistido), em vez de alíquotas escalonadas de acordo com faixas salariais;

- Extensão do tempo do equacionamento, passando de 18 anos para cobrança vitalícia, conforme possibilidade prevista na Resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC);

- Contribuição extra mais alta sobre o 13°. Estas mudanças se unem a alterações de regulamento, como o estabelecimento de um teto de



pecúlio e contribuição normal ajustada de acordo com os resultados da avaliação atuarial.

A nova solução, que reequilibra os dois planos (PPSP-R e do PPSP-NR), abrange os déficits de 2015 e 2018.

Aprovada em Minas, a proposta agora segue para apreciação das de-

mais bases e das instâncias de governança da Petros, dos patrocinadores, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), órgão supervisor da Petrobrás, e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que fiscaliza o setor.

GREVE ALERTOU A POPULAÇÃO SOBRE O DESMONTE DA PETROBRÁS

A FUP avalia como positiva a mobilização por tempo determinado que a categoria iniciou na segunda-feira (25/11) e que decidiu suspender na manhã da quarta-feira (27/11). O movimento chamou a atenção para a política de demissões e transferências em massa, de venda de ativos e de reajustes constantes da gasolina e do óleo diesel promovida pela

atual gestão da empresa. A entidade ressaltou ainda que a produção de petróleo e o abastecimento de combustíveis para a população foi mantida, conforme compromisso assumido pelos trabalhadores.

A FUP também declarou que considera arbitrárias as decisões do TST de multar a categoria em R\$ 2 milhões por dia de mobilização e sus-

pender o repasse mensal de recursos à Federação e sindicatos. Além de autorizar o bloqueio cautelar das contas das entidades.

Em Minas, assembleias com petroleiros da Regap e da Usina Termelétrica de Ibitiré rejeitaram a greve.

Com informações da FUP.

CONTAS 2018 E ORÇAMENTO 2020 SÃO APROVADOS

Assembleia realizada na quarta-feira (27/11) na sede do Sindipetro/MG, aprovou as contas e os balanços do Exercício de 2018 da entidade, juntamente com o parecer fiscal.

A categoria também avaliou e concordou com a previsão orçamentária para o ano de 2020.